



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 12 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 22 DE JUNHO DE 2016.**

Aos vinte e dois dias do mês de junho do ano de dois mil e dezasseis, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Revisão Orçamental N.º 1/2016; -----
2. Serviço Público de Transporte de Passageiros – Delegação das respetivas competências na CIMBB; -----
3. Plano Diretor Municipal – Correções materiais; -----
4. Atribuição de Apoio Financeiro – Associação de Municípios Natureza e Tejo;
5. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Vítor Manuel de Sousa Gabriel, Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Ilídia Alves Cruchinho Lélé e Pedro Miguel Naves Folgado comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariat. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 3 de junho do ano de dois mil e dezasseis, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar: -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado começou a sua intervenção reportando-se aos procedimentos concursais de recrutamento de cinco técnicos superiores, questionando a previsão para realização dos mesmos, de modo a evitar que o assunto vá uma terceira vez à Assembleia Municipal. -----

De seguida, perguntou ao Senhor Presidente qual o ponto de situação dos imóveis degradados em Pedrógão de São Pedro, quais as medidas efetivas que já foram tomadas e que plano de ação, cronograma estão previstos para fazer face a esse problema dramático. Acerca dos imóveis Casa do Teatro e Solar de Marrocos, propriedade do município e que se encontram em avançado estado de degradação, salientou que o primeiro está em eminente risco de derrocada, considerando não ser suficiente a sinalização para fazer face ao problema dramático da segurança das pessoas e bens na via pública. Quanto ao Solar de Marrocos disse tratar-se de um potencial de incêndio, encontrando-se cheio de vegetação seca. -----

Alertou para alguns casos de sinistralidade rodoviária registados no concelho, nomeadamente no cruzamento das aldeias e na entrada sul da vila, onde têm sido frequentes acidentes com alguns danos materiais. Considerou que embora seja competência das Estradas de Portugal, seria importante sinalizar a questão junto das entidades competentes para de alguma forma regular as entradas na estrada. -----

Por último, deu conhecimento de um estudo publicado há algumas semanas, promovido pela entidade “Bloom Consulting”, que terá todo o gosto em enviar aos colegas do executivo. O município de Penamacor ocupa a posição duzentos e setenta e seis no universo dos trezentos e oito municípios e o penúltimo lugar da zona centro, indicando alguns problemas na comunicação institucional que o município tem. Sugeriu à maioria do executivo que repensasse a estratégia de comunicação a implementar para de alguma forma melhorar e promover a realidade local. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Solicitou uma intervenção na Rua Tenente Manuel Morais em Pedrógão de São Pedro, pois a via está muito degradada, pondo em causa a segurança das pessoas e dos veículos. -----

O Sr. Presidente António Soares, acerca dos procedimentos concursais, disse que serão feitos alguns ajustes administrativos para que os avisos possam ser republicados. -----

Relativamente aos imóveis na localidade de Pedrógão de São Pedro, referiu que estão a ser acompanhados pela divisão de obras, aguardando os autos de vistorias. Deu conhecimento que irá ter lugar uma reunião com a Direção Regional de Cultura do Centro, a Proteção Civil e os técnicos da autarquia para decisão sobre o imóvel da Casa do Teatro. Sobre o Solar de Marrocos, informou que já foi feito um levantamento técnico e quanto ao seu interior, está a cargo da Junta de Freguesia. -----

No respeitante à sinistralidade rodoviária, disse que a questão já foi exposta às Estradas de Portugal - Infraestruturas de Portugal, tendo esta instituição referido não ter orçamentado verba para a intervenção na variante. -----

Sobre o resultado do estudo, disse que o mesmo pode não traduzir a realidade de Penamacor, considerando mais importante a parte estratégica do município. Acerca da intervenção na Rua Tenente Manuel Morais em Pedrógão de São Pedro, disse que já foi efetuado um levantamento, estando a sua intervenção condicionada à disponibilidade do município de um eventual encaixe nos fundos comunitários, à semelhança das intervenções realizadas. -----

O Sr. Vereador Pedro Folgado disse registar com agrado que o senhor presidente esteja mais preocupado com a estratégia do município e nesse sentido pergunta quando é que os vereadores da coligação terão conhecimento da Estratégia 25. -----

O Sr. Presidente António Soares, referiu já ter dito que a estratégia do município está condicionada ao Quadro Comunitário. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – REVISÃO ORÇAMENTAL N.º 1/2016. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Proponho que a Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal a Revisão Orçamental n.º 1 de 2016 (Orçamento e GOP). -----

Com a revisão orçamental pretende-se: -----

a) A utilização do saldo de Gerência existente à data de 31/12/2015, corrigindo-se para o efeito receitas que se previam arrecadar aquando da elaboração do orçamento; -----

b) A inclusão de um novo projeto nas Grandes Opções do Plano – Atividades Mais Relevantes - para os anos de 2016, 2017 e 2018, denominado por Projeto Life-Iberlince e com uma dotação de 22.000,00€”. -----

c) A alteração da designação do projeto das Grandes Opções do Plano, n.º 2016/22: Feira dos Produtos Locais – Terras do Lince, para, Feira dos Produtos Regionais – Terras do Lince.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

2 – SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS – DELEGAÇÃO DAS RESPECTIVAS COMPETÊNCIAS NA CIMBB. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que a CIM da Beira Baixa, em reunião extraordinária do Conselho Intermunicipal do passado dia 7 de junho de 2016, no ponto da ordem de trabalhos “Definição da(s) Autoridade(s) de Transporte, na área

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

territorial da CIMBB”, deliberou por unanimidade que relativamente ao número de Autoridades de Transportes a constituir no âmbito da implementação da Lei 52/2015, a região da Beira Baixa ficaria organizada da seguinte forma: -----

Autoridade de Transportes 1 – Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa–gerir todas as rotas Municipais (exceto Castelo Branco), rotas intermunicipais e articular com as CIM contiguas as rotas “inter-CIM”; -----

Que, a Lei 52/2015 de 09/06, aprovou o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, estabelece o n.º 2 do art. 6º do anexo, que os municípios podem delegar nas comunidades intermunicipais as respetivas competências. -----

Comunidades intermunicipais que, nos termos do art. 7º, são as autoridades de transportes competentes quanto aos serviços públicos de transporte de passageiros intermunicipais que se desenvolvam integral ou maioritariamente na respetiva área geográfica, e o art. 10º dispõe que a delegação se faz através de contratos interadministrativos. -----

Considerando ainda, que foi deliberado na reunião extraordinária do passado dia 7 de junho de 2016, solicitar ao Secretariado Executivo Intermunicipal que procedesse ao pedido de um parecer jurídico sobre a forma e o procedimento que os Municípios e a CIM, devem ter em consideração no processo de delegação de competências e na formalização do contrato interadministrativo que venham a assinar, no âmbito da Lei 52/2015 de 9 de junho, (necessidade de aprovação nos respetivos órgãos autárquicos e em qual ou quais). O mesmo foi remetido no dia 13 de junho de 2016, referindo que, quanto ao “modos faciendi” para a implementação da delegação de competências e subsequentes acordos interadministrativos há que: -----

- A. Submeter o assunto a reunião da Câmara Municipal como proposta; -----
- B. Submeter a proposta da Câmara Municipal a autorização da Assembleia Municipal; -----
- C. Submeter o assunto à aprovação do Conselho Intermunicipal e ratificação da Assembleia Intermunicipal; -----
- D. Elaborar os acordos interadministrativos; -----



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

E. Submeter os acordos interadministrativos à aprovação dos órgãos nos mesmos termos feitos para a delegação de competências. -----

Neste sentido, propõe-se por motivos de uma melhor organização centralizada, que a Câmara Municipal de Penamacor, enquanto Autoridade de Transporte, delibere: -----

1. Delegar as suas competências como Autoridade de Transporte, estabelecidas no art. 4º do anexo da Lei 52/2015 de 09/06, na entidade intermunicipal na qual se encontra inserido. Ou seja Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa (CIMBB). -----

2. Remeter à Assembleia Municipal seguindo o regime constante na alínea l) do n.º 1 do art. 33º; na alínea k) do n.º 1 do art. 25º e no art. 116º ss da Lei 75/13, de 12 setembro. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

3 – PLANO DIRETOR MUNICIPAL – CORREÇÕES MATERIAIS. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial — “RJIGT”, de acordo com sua última redação dada pelo Dec. Lei 80/2015 de 14 de maio, tendo em conta o disposto no seu art.º 122º, propõe-se a aprovação da presente proposta que determina a intenção de proceder a correções materiais ao Plano Diretor Municipal — P.D.M, em vigor. As correções materiais que se pretendem introduzir ao Plano são efetuadas por “Comunicação” e estão enquadradas nas alíneas a) e b) do n.º 1 do referido art.º 122º nos termos do RJIGT em vigor. -----

Assim, nos termos da alínea a) do n.º 1 do art.º 122º do RJIGT propõem-se acertos de cartografia, determinados pela definição dos limites físicos de áreas pertencentes à tipologia de “Solo Urbano”, denominada “Espaços de Uso Especial”, os quais extravasam as áreas que se pretendiam afetas aos



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

mesmos nos termos dos equipamentos previstos ou já existentes no local. São duas as áreas sujeitas a correção, localizadas nos limites oriental e ocidental da vila de Penamacor, em espaços respetivamente pertença do “Instituto Social Cristão Pina Ferraz” e da Câmara Municipal de Penamacor, este último em área afeta a equipamento de lazer e desporto na proximidade da “mata municipal”. -----

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 122º do RJGT propõe-se considerar erro por manifesta omissão o conteúdo do “Quadro 6” do Regulamento do P.D.M. O referido quadro compreende os usos permitidos para a categoria de “Solo Rústico”, designada como “Áreas de Edificação Dispersa”. Destes usos está em falta o uso de “Equipamentos de Utilização Coletiva”, sendo que uma das áreas afetas a esta categoria, nos termos da “Planta de Ordenamento” do Plano, é ela mesma já afeta a um equipamento de utilização coletiva, tendo sido por esta mesma razão incluída em “Áreas de Edificação Dispersa”. Assim é manifesta incoerência gerada pela omissão do uso de “Equipamentos de Utilização Coletiva” no referido “Quadro 6”. O equipamento em questão está localizado na “Quinta da Sr.ª do Incenso”, sendo composto por uma “Unidade de Cuidados Continuados” e uma “Estrutura Residencial de Pessoas Idosas”, pertença do “Lar Dona Barbara Tavares da Silva”. -----

Em anexo são juntas peças gráficas e escritas que melhor ilustram a proposta de correções materiais assim apresentada à deliberação da Câmara, para que melhor se possa ajuizar da oportunidade das mesmas. -----

Uma vez aprovadas as correções materiais constantes desta proposta, as mesmas serão publicadas em II Série do Diário da República, nos termos do n.º 2 do art.º 122º do RJGT. -----

Previamente, nos termos do n.º 3 do mesmo art.º 122º, será transmitida à Assembleia Municipal a “Comunicação” das correções materiais aprovadas da qual se dará conhecimento à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Centro, (CCDRC)”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

4 – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO – ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS NATUREZA E TEJO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Constitui atribuição dos municípios promover e salvaguardar os interesses das respetivas populações, diretamente ou através da concessão de apoios a outras entidades legalmente constituídas e face às especiais atribuições em matéria de património, cultura e ciência e promoção do desenvolvimento, conforme dispõem as alíneas e) e m) do nº 2 do artigo 23º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Neste contexto, proponho que seja deliberado: -----

Atribuir à Associação de Municípios Natureza e Tejo, no ano de 2016, um apoio financeiro no valor de € 11.100,00, ao abrigo da competência prevista na alínea t) do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e com fundamento no conteúdo do ofício que se anexa e aqui se dá por reproduzido.

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos e para os efeitos dos nºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 3.615.371,61 euro e uma despesa também acumulada de 2.647.375,83 euro e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

Ref.^a _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____
Folha: ____

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao público, dela tendo usado o senhor José Joaquim Lopes Ribeiro, referindo-se à substituição de um ramal de esgoto já requerido em 2014 na Rua do Lavadouro, nº 3 em Aldeia de João Pires, considerando tratar-se de um problema de saúde pública. -----

De seguida usou da palavra o senhor António Pereira solicitando o alcatroamento entre o Caminho do Lavadouro e o do Castanheiro na localidade de Aldeia de João Pires. -----

O Senhor Presidente agradeceu as intervenções. No respeitante ao ramal de esgoto, disse que o senhor vice-presidente irá acompanhar o processo para a resolução da situação. Acerca do alcatroamento, disse ser uma situação entre muitas no concelho, será articulada com a União de Freguesias de Aldeia do Bispo, Águas e Aldeia de João Pires, dentro da disponibilidade orçamental da autarquia. -----

E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram onze horas, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares